

Working Paper nº 65

**Indicadores de Competitividade
da Economia Portuguesa**

Manuel J. Vilares; Luís C. Nunes;
Daniel C. Santos; Joaquim R. Silva

Working Paper nº 65

ISSN: 0872-895X

Depósito Legal nº: 90631/95

Manuel J. Vilares; Luís C. Nunes; Daniel C. Santos; Joaquim R. Silva

Junho, 1997

Trabalho apresentado no âmbito do Seminário de Estatística e Econometria, ano lectivo
1996/97, coordenado pelo Professor Bento Murteira.

**INDICADORES DE COMPETITIVIDADE
DA
ECONOMIA PORTUGUESA**

Síntese

Manuel J. Vilarés

Luís C. Nunes

Daniel C. Santos

Joaquim R. Silva

Fevereiro 1997

A internacionalização e a globalização crescentes têm vindo a colocar no centro das atenções dos empresários, políticos e académicos o conceito de competitividade, mau grado a falta de clareza que o seu uso em múltiplos sentidos evidencia. Como não podia deixar de ser, este interesse tem-se estendido à medição do fenómeno, designadamente através do cálculo de indicadores de competitividade, tendo dado origem a inúmeras publicações, com particular ênfase nos últimos anos.

Assim na maioria das organizações económicas internacionais e países desenvolvidos foram realizados estudos sobre a competitividade, sendo periodicamente publicados indicadores.

Não obstante o interesse que este tema parece ter despertado em Portugal, de que o Relatório Porter constitui o exemplo mais paradigmático, não houve até ao presente uma abordagem multifacetada e integrada da competitividade. A inexistência de uma publicação regular de indicadores de competitividade de leitura fácil, mas bem fundamentada teoricamente, constitui a consequência mais visível desta insuficiência.

O presente estudo metodológico pretende fundamentar a existência de uma tal publicação, conferindo-lhe valor científico e fazendo-a beneficiar de experiências congêneres existentes no estrangeiro.

O estudo está dividido em duas grandes partes. A primeira parte, dedicada à análise teórica e a uma síntese dos estudos levados a cabo por diferentes organizações, é constituída por cinco capítulos. A segunda parte é inteiramente consagrada à aplicação à economia portuguesa, possuindo igualmente cinco capítulos.

1 - Como o próprio nome indica, o capítulo 1 procura fazer um enquadramento metodológico prévio ao estudo da competitividade e, em particular à sua medição, tornado necessário devido à complexidade do fenómeno, ao seu carácter evolutivo e até mesmo à polémica que o tem envolvido. Assim, o capítulo foca oito aspectos que nos permitem ir progressivamente delimitando o domínio privilegiado e os conceitos principais utilizados no nosso estudo. Em primeiro lugar, e numa base de clarificação, apresenta-se um levantamento das definições relevantes de competitividade. Foca-se, em seguida, a problemática da competitividade ao nível das empresas e das nações, bem como a viva polémica que a tem envolvido recentemente e o sentido da sua evolução, na qual o economista Paul Krugman desempenhou um papel de relevo. Em

terceiro lugar, analisam-se os pontos de contacto entre competitividade e produtividade, uma questão que nos acompanhará com frequência. Os elementos básicos da competitividade - o custo, o preço, o produto e a estrutura são analisados na secção 4, para depois (secção 5) destacar nestes elementos a importância do conceito da competitividade não preço e as dificuldades que a sua medição envolve, sendo abordada neste contexto a contribuição de Michael Porter. Os princípios que norteiam a elaboração do World Competitiveness Report, como exemplo de uma metodologia com largo recurso a inquéritos visando uma classificação de países no domínio da competitividade, merece tratamento autónomo (secção 6). As duas últimas secções do capítulo são dedicadas a precisar a abordagem utilizada no presente estudo para medir a competitividade a qual passa por calcular outros indicadores para além das conhecidas taxas de câmbio efectivas reais, muito embora estas desempenhem o papel de maior relevo. Assim, os dois capítulos seguintes são dedicados à apresentação teórica dos diferentes indicadores utilizados para medir a competitividade.

2 - No capítulo 2, são apresentadas as taxas de câmbio efectivas reais que são, de longe, os indicadores de competitividade mais utilizados. O capítulo inicia-se pela apresentação das séries adoptadas como deflatores das taxas de câmbio efectivas nominais, ou seja com as diferentes medidas adoptadas para medir os preços e os custos quer eles sejam nacionais, quer sejam dos competidores estrangeiros. São assim apresentadas sete medidas. As primeiras quatro referem-se a preços, as duas seguintes representam custos e a última é um rácio entre os preços e os custos do trabalho, fornecendo uma medida das margens. Em seguida, procede-se no capítulo à delimitação dos bens e serviços transaccionáveis que são objecto de competição, bem como aos mercados onde uma tal competição se verifica. Conclui-se, neste contexto, que os estudos se confinam, regra geral, à produção industrial agregada e que a competitividade pode ser calculada no mercado das exportações, no mercado das importações ou, então, no conjunto dos mercados (competitividade global). A terceira secção do capítulo é dedicada à metodologia de selecção dos países competidores e à análise dos diferentes sistemas utilizados para ponderar estes competidores em cada mercado. O capítulo termina com a discussão das características técnicas dos

indicadores, como sejam a selecção do período base e a escolha do método de agregação, as quais têm influência significativa nos resultados obtidos.

3 - Apesar de ser a abordagem mais utilizada para medir a competitividade, as taxas de câmbio efectivas reais apresentam importantes e significativas limitações, designadamente no que se refere à medição da componente qualitativa do fenómeno. Assim, não surpreenderá que os analistas não se apoiem exclusivamente nestes indicadores. O capítulo 3 é dedicado a indicadores auxiliares e complementares dos apresentados no capítulo 2, de modo a fornecer uma caracterização mais ampla da competitividade.

Neste capítulo são analisadas duas famílias de indicadores que procuram satisfazer este objectivo: indicadores de nível de competitividade e de desempenho. No primeiro caso, procura-se medir, através da análise comparada de certas variáveis apropriadas, os níveis de competitividade em dado momento. São, assim, referidos indicadores relacionados com o nível de preços e de custos, através de comparações destas variáveis em diferentes momentos, com recurso ao conceito de paridade poder de compra e à sua conversão numa moeda comum. No segundo caso, indicadores de desempenho, parte-se sobretudo dos resultados comerciais, com vista a conhecer as raízes da competitividade e determinar o sentido da sua evolução. Deste modo, questões como a especialização produtiva ou a evolução diferencial dos preços nos dois sectores (bens transaccionáveis e não transaccionáveis), ou mesmo a evolução do rendimento real, poderão ser aprofundadas e contribuir para elucidar importantes aspectos e ligações causais no âmbito da competitividade moderna. Neste contexto, são apresentados os seguintes indicadores de desempenho: vantagens comparativas reveladas; quota de exportação; exportações líquidas (em número de três); de transferência, termos de troca internos e desempenho das exportações.

4 - O capítulo 4 analisa experiências de cálculo de taxas de câmbio efectivas reais, quer por parte de organizações internacionais (OCDE, FMI, BIS), quer por parte de países (na maioria das vezes ao nível dos respectivos Bancos Centrais). O capítulo conclui-se pela apresentação de um quadro síntese das principais características das taxas de câmbio efectivas reais adoptadas pelas diferentes organizações. Ressalta

deste quadro que as variáveis mais utilizadas para medir os preços e os custos são os preços das exportações, os preços no consumidor e os custos salariais por unidade de produto. As principais fontes de divergência nas experiências estudadas referem-se ao número de países competidores e ao sistema de ponderação utilizado.

5 - Do ponto de vista teórico, não é possível escolher um dos indicadores baseado nas taxas de câmbio efectivas reais como superior aos outros, uma vez que nenhum deles consegue abranger todas as vertentes da competitividade. Neste contexto, o problema da selecção dos indicadores tem sido estudado através da capacidade de cada um deles empiricamente para explicar o desempenho dos países nas suas trocas comerciais.

Existem essencialmente duas abordagens - a da regressão e a da cointegração - que são apresentadas no capítulo 5.

Em qualquer das abordagens apresentadas, pretende-se identificar a contribuição de cada um dos indicadores de competitividade na explicação das exportações ou das importações de produtos manufacturados, estimando e testando modelos que integram, para além dos indicadores de competitividade, a dimensão dos mercados através de indicadores de procura mundial (no caso das exportações) e da procura interna (no caso das importações).

Os estudos para outros países, utilizando estes métodos, mostram que também do ponto de vista empírico não é possível favorecer em absoluto qualquer dos indicadores em relação aos restantes. Cada um deles fornece uma visão da competitividade sobre um determinado prisma, sendo em grande parte complementares.

6 - No capítulo 6, introdutório à II Parte do relatório, visa-se em primeiro lugar, fazer uma breve apresentação do comércio externo português no contexto mundial e europeu; caracterizar a sua evolução desde 1986 e referir as mudanças fundamentais que conheceu, tanto em termos de destino e origem, como da composição dos bens transaccionados. Do resultado desta análise constata-se, como aspectos menos favoráveis, o pequeno peso internacional do comércio português, uma certa tendência para a instabilidade, em particular de origem cambial, e, algum fecho relativo da economia. Inversamente, verificou-se uma melhoria indiscutível na composição do

comércio, que se aproximou em geral do padrão europeu, e cresceu o comércio intraramo. Em termos globais, os anos 1986-96 caracterizam-se por grandes mudanças, muitas de sentido positivo, mas algumas deficiências básicas do comércio externo português parecem persistir.

Em segundo lugar, procede-se, no capítulo, a um breve resumo das tentativas mais significativas para conhecer a competitividade portuguesa (bem como acessoriamente a especialização internacional do país). Assim, é feita referência aos estudos sobre a especialização de Portugal desde o final dos anos 1970, e sublinha-se o impulso do Relatório Porter, publicado em 1994, para a intensificação dos estudos e da preocupação geral, designadamente na área da política económica, pela competitividade portuguesa. Refere-se também a parte mais visível dos outros esforços, como os do Banco de Portugal. Como conclusão fundamental, destaca-se a evidência que não houve, até agora, aos vários níveis da investigação à elaboração das políticas, uma abordagem sistemática, multifacetada e abrangente da competitividade em Portugal, qualquer que seja o plano em que nos coloquemos (nacional, sectorial ou de empresa).

7 - No capítulo 7 são definidos o âmbito da aplicação e as séries estatísticas utilizadas para o cálculo dos indicadores de competitividade. Apresentam-se também as principais limitações da informação estatística necessária.

Foram seleccionados quatro deflatores para o cálculo das taxas de câmbio efectivas reais: preços no consumidor, preços das exportações de produtos manufacturados (secções 5 a 9 da CTCI), custos do factor trabalho na indústria transformadora e preços na produção industrial.

Seleccionaram-se dezassete países: 13 da União Europeia (excluiu-se a Grécia), Japão, Estados Unidos, Suíça e Noruega. Esta escolha realizou-se de acordo com o grau de importância enquanto mercados de destino da produção nacional e fornecedores do mercado interno (ponderadores bilaterais), com o seu peso no comércio mundial (ponderadores multilaterais) e enquanto principais competidores com a exportação portuguesa nos diferentes mercados (ponderadores duplos).

O cálculo dos indicadores de competitividade seleccionados, exigindo o recurso a uma grande diversidade de informação, realizou-se sob algumas limitações. Uma

caracterização das séries em que se basearam os resultados identifica três grandes categorias de limitações: a) lacunas de informação para algumas variáveis (como é o caso dos índices de preços da produção industrial em Portugal para os anos anteriores a 1990); b) o prazo de disponibilidade da informação (em particular dos fluxos de comércio externo, preços na importação e exportação) e c) a falta de harmonização conceptual e metodológica da informação de diferentes países. O recurso preferencial à informação disponibilizada pela OCDE permite atenuar estes problemas de não comparabilidade.

8 - No capítulo 8, são apresentados e comentados os resultados obtidos para os diferentes indicadores de competitividade na aplicação à economia portuguesa. A primeira parte reporta-se aos indicadores baseados nas taxas de câmbio efectivas reais e a segunda aos outros indicadores. Com base na evolução das taxas de câmbio efectivas reais é possível proceder a uma caracterização da competitividade global desde 1978. Consta-se, assim, que houve comportamentos distintos neste período que tiveram implicações nos montantes exportados e nas margens das exportações portuguesas, o que leva a considerar vários subperíodos. A comparação entre a evolução dos preços e custos de trabalho dos produtos nacionais e dos competidores estrangeiros permite retirar ensinamentos úteis sobre a evolução da economia portuguesa neste período. A política cambial adoptada no período é objecto de uma particular atenção, sendo explicitadas as principais alterações na taxa de câmbio efectiva nominal.

Na segunda parte e no seguimento do exposto no capítulo 3, são analisados os resultados obtidos para os indicadores complementares de competitividade. Assim, são examinados em primeiro lugar os indicadores de nível de competitividade, e em seguida, os de desempenho, entre os quais se consideram indicadores de vantagens comparativas reveladas, o da quota de exportação, das exportações líquidas (balança comercial, coeficiente de especialização internacional, e especialização internacional revelada), e a de indicadores de transferência, de termos de troca internos e de desempenho das exportações. Por dificuldades na obtenção de dados estatísticos, nem sempre as séries têm a dimensão desejável. Sem dúvida, este facto limita o alcance das conclusões a tirar. De qualquer modo, a aplicação destes indicadores à realidade

portuguesa revela-se um exercício útil, não só porque confirma de uma maneira mais sólida, ideias a que se chega por outras vias (por exemplo, no que respeita às vantagens comparativas no domínio dos produtos manufacturados ou à instabilidade da posição portuguesa no comércio internacional), mas também porque permite o estudo de novos indicadores menos conhecidos, como o de transferência, que nos dá alguma informação sobre a tendência da competitividade não-preço, e o de termos de troca internos, que põe em evidência o contraste entre a evolução dos preços nos dois sectores.

9 - No capítulo 9, procede-se a uma análise comparativa da capacidade explicativa das diferentes taxas de câmbio efectivas reais calculadas, utilizando-se, para o efeito, as metodologias apresentadas no capítulo 5.

Os resultados, também no caso português, mostram que não é possível seleccionar um dos indicadores em favor dos outros. Apenas nalguns casos, o indicador baseado no preço médio das exportações se revelou superior. No entanto, este indicador tem a limitação de ser publicado com grande atraso relativamente aos restantes.

10 - No capítulo 10 é apresentada a estrutura da publicação trimestral de indicadores de competitividade da economia portuguesa, concretizando-se assim o objectivo essencial deste estudo metodológico. Os prazos de disponibilização da informação necessária ao cálculo dos indicadores de competitividade condicionam, de modo significativo, a selecção daqueles que são incluídos na publicação trimestral.

11 - O texto principal termina com a apresentação das principais conclusões deste estudo metodológico. Para além de se ter alcançado o objectivo essencial, conforme se acaba de referir, são ainda salientadas como contribuições relevantes do estudo metodológico as seguintes:

- a) A selecção, armazenamento e normalização da informação estatística existente sobre preços, custos, comércio externo, taxas de câmbio e contas nacionais trimestrais referentes a Portugal e aos seus principais competidores. Fica assim disponibilizada, pela primeira vez, uma base de dados de suporte à elaboração

trimestral de uma publicação de indicadores de competitividade da economia portuguesa. Muita desta informação, teve de ser integralmente construída, como foi o caso da matriz da produção e fluxos de comércio de produtos manufacturados entre Portugal e os países competidores.

- b) A proposta de uma metodologia para medir a competitividade. Esta metodologia integra não só o conjunto das taxas de câmbio efectivas reais mas, também, outros indicadores complementares e auxiliares de competitividade. Do mesmo modo, as abordagens de selecção de indicadores são igualmente apresentadas de modo integrado e sistematizado.
- c) A análise das experiências de cálculo de indicadores de competitividade levadas a cabo por organizações internacionais e países da OCDE. Esta análise permitiu retirar um conjunto de ensinamentos e fazer opções metodológicas para a aplicação à economia portuguesa realizada na segunda parte deste estudo.
- d) A síntese das tentativas mais significativas para medir a competitividade da economia portuguesa. Foi dado particular ênfase ao impulso do Relatório Porter, publicado em 1994, para a intensificação dos estudos e da preocupação geral sobre a competitividade portuguesa.
- e) A obtenção de resultados, sobre a evolução recente e passada da competitividade da economia portuguesa e da indústria transformadora, em particular. O quadro de referência construído pelos indicadores de competitividade calculados possibilita uma explicação global dos efeitos da política económica, designadamente da política cambial, sobre os preços e as margens praticadas pelos exportadores e sobre o desempenho das exportações de produtos manufacturados.

12 - Finalmente, o anexo1 apresenta o “número zero” referente ao 4º trimestre de 1996 exemplificando-se, deste modo, o conteúdo da publicação trimestral de indicadores de competitividade da economia portuguesa. Por seu lado, a informação e os resultados não integrados no texto principal figuram no anexo2.

Índice Sintético

Introdução

I Parte - Análise Teórica e Estudo de Casos

1. Enquadramento metodológico
 - 1.1 Definições de Competitividade
 - 1.2 Competitividade ao nível das empresas e das nações. Controvérsias recentes
 - 1.3 Simbiose entre competitividade e produtividade?
 - 1.4 Factores básicos da competitividade
 - 1.5 A competitividade não-preço e a contribuição de M. Porter
 - 1.6 The World Competitiveness Report
 - 1.7 Competitividade preço e custo como pontos de partida
 - 1.8 A definição de competitividade adoptada
2. Indicadores de competitividade baseados nas taxas de câmbio efectivas reais
 - 2.1 As séries de referência utilizadas como deflatores
 - 2.2 Bens e Serviços transaccionáveis e mercados
 - 2.3 Sistemas de ponderação
 - 2.4 Características técnicas dos indicadores
3. Indicadores auxiliares e complementares de competitividade
 - 3.1 Indicadores do nível de competitividade
 - 3.2 Indicadores de desempenho
4. Indicadores de competitividade de diferentes organizações e países. Uma síntese
 - 4.1 OCDE
 - 4.2 Fundo Monetário Internacional (FMI)
 - 4.3 Bank of International Settlements (BIS)
 - 4.4 Banco de França
 - 4.5 Banco de Inglaterra
 - 4.6 Morgan Guaranty Trust Company of New York
 - 4.7 Reserva Federal dos Estados Unidos
 - 4.8 Banco de Itália

- 4.9 Banco da Holanda
- 4.10 Banco de Desenvolvimento do Japão
- 4.11 Síntese

- 5. Análise comparativa dos indicadores. Critérios de selecção
 - 5.1 Abordagem de regressão
 - 5.2 Abordagem da cointegração

II Parte - Aplicação à Economia Portuguesa

- 6. Survey dos estudos sobre a competitividade da economia portuguesa
 - 6.1 A inserção da economia portuguesa na economia mundial
 - 6.2 Competitividade e especialização
 - 6.3 Relatório Porter
 - 6.4 Banco de Portugal
- 7. Campo de aplicação e séries estatísticas utilizadas
 - 7.1 Campo de aplicação
 - 7.2 Séries estatísticas utilizadas. Principais limitações
- 8. Indicadores de competitividade calculados
 - 8.1 Indicadores de competitividade baseados nas taxas de câmbio efectivas
 - 8.2 Indicadores auxiliares e complementares de competitividade
- 9. Competitividade e desempenho: análise comparativa dos diferentes indicadores
 - 9.1 Abordagem da regressão estática
 - 9.2 Abordagem da regressão dinâmica
 - 9.3 Testes de hipóteses não enlaçadas
 - 9.4 Abordagem da cointegração
- 10. Estrutura da publicação trimestral

Conclusões

Bibliografia

Anexos

Indicadores de Competitividade da Economia Portuguesa

Número Zero, 4º Trimestre de 1996

Manuel J. Vilarés

Luís C. Nunes

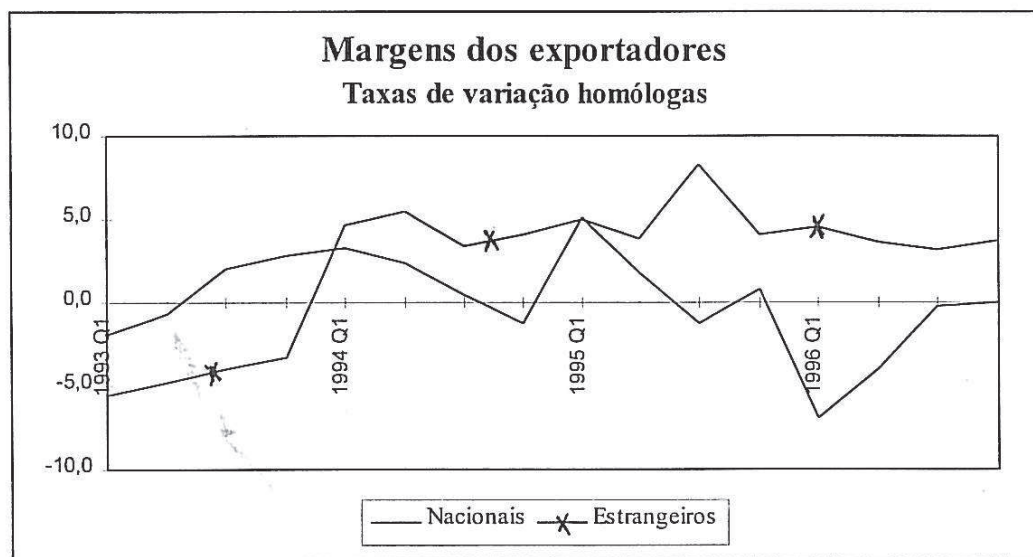
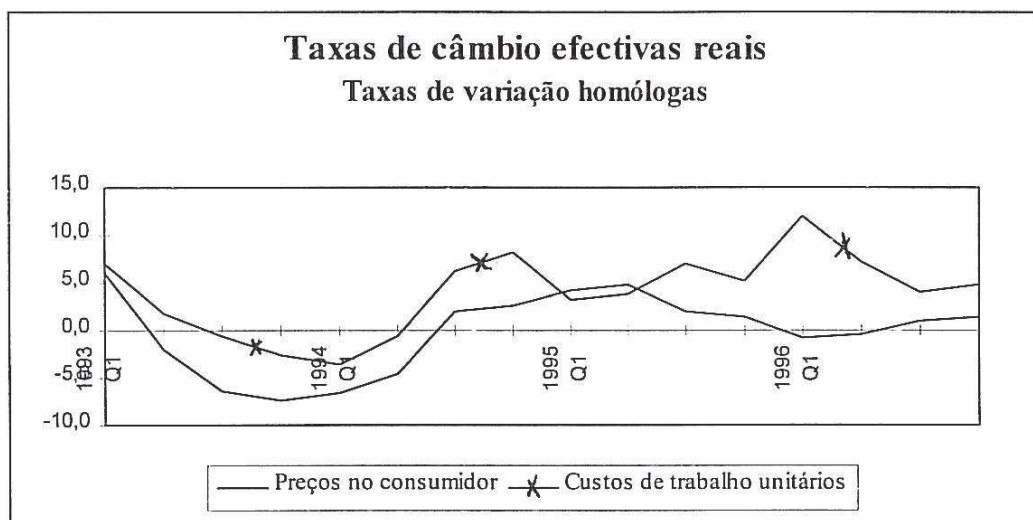
Daniel C. Santos

Joaquim R. Silva

A justificação metodológica desta publicação encontra-se no Documento “Indicadores de Competitividade da Economia Portuguesa - Estudo Metodológico”.

O conjunto dos indicadores evidencia, para o ano de 1996, uma estabilidade na posição competitiva do país, verificando-se, no entanto, ao longo do ano sinais de melhoria nalguns indicadores.

A taxa de câmbio efectiva nominal conheceu, em 1996, uma depreciação que foi, no entanto, nula no último trimestre. Neste mesmo ano as taxas de câmbio efectivas reais registaram, por seu lado, uma ligeira subida. A excepção respeita à taxa baseada nos custos unitários de trabalho que conheceu, em 1996, uma variação significativa, reflectindo uma quebra na competitividade. A tendência para a estabilidade também aqui se manifestou ao longo do ano.



Os salários nacionais mantiveram, um ritmo de variação constante ao longo de 1996 (à volta de 4,5%). A produtividade cresceu no 4º trimestre a uma taxa homóloga de 3,7%, e terá registado uma evolução bastante favorável, contrariando a evolução negativa dos dois primeiros trimestres do ano transacto, a qual se deveu à



quebra da produção industrial não seguida por uma evolução análoga no emprego. A conjugação das tendências nos salários e na produtividade aponta no sentido da desaceleração da taxa de variação dos custos de trabalho nacionais. Esta evolução é importante na medida em que poderá compensar a persistente baixa dos custos de trabalho estrangeiros expressos em escudos.

Quanto às margens dos exportadores nacionais, verificou-se também uma tendência de clara melhoria ao longo do ano. Assim, enquanto no conjunto de 1996 se observou uma quebra de cerca de 3%, já o 4º trimestre apresentou uma variação nula. Ainda é, no entanto, cedo para considerar se trata de uma viragem para uma tendência positiva, como a que tem caracterizado as margens dos exportadores estrangeiros desde 1994.

O indicador de termos de troca também não mostra alterações significativas na competitividade durante o ano de 1996.

Quadro resumo dos indicadores de competitividade

Indicadores	1994	1995	1996	1995:3	1995:4	1996:1	1996:2	1996:3	1996:4
Taxa de Câmbio Efectiva Nominal	-4.2	1.7	-0.6	1.3	0.7	-0.8	-0.7	-0.9	0.0
Taxas de Câmbio Efectivas Reais:									
Preços no consumidor	-1.7	3.1	0.4	2.1	1.3	-0.8	-0.3	1.0	1.5
Preços na produção	-1.2	4.5	0.1	3.4	2.1	-0.3	-0.7	0.6	1.0
Preços das exportações	-0.7	1.4	0.1	-2.4	1.8	-0.3	-0.7	0.6	1.0
Custos de trabalho unitários	2.5	4.8	7.0	7.0	5.2	12.0	7.2	4.1	4.8
Custos de trabalho nacionais	3.5	1.7	4.1	3.7	2.5	9.6	5.2	1.0	0.7
Salários	3.9	5.0	4.5	5.0	5.0	4.7	4.5	4.5	4.5
Produtividade	0.4	3.2	0.5	1.2	2.5	-4.5	-0.6	3.5	3.7
Custos de trabalho estrangeiros	1.1	-2.9	-2.7	-3.1	-2.6	-2.1	-1.9	-3.0	-3.9
Margens dos exportadores:									
Nacionais	1.2	1.6	-2.8	-1.2	0.8	-7.0	-4.0	-0.2	0.0
Estrangeiros	4.4	5.3	3.8	8.3	4.1	4.5	3.7	3.2	3.7
Indicador dos Termos de Troca	1.9	2.5	2.3	3.1	2.5	3.3	1.9	1.8	2.1

Notas. Valores positivos para a taxa de câmbio efectiva nominal significam uma apreciação do escudo. Valores positivos para as taxas de câmbio efectivas reais significam uma perda de competitividade. Todos os indicadores estão medidos em escudos. Para mais informações sobre estes indicadores, consultar o Estudo Metodológico.